



EDIÇÃO Nº 14 SEGUNDO SEMESTRE DE 2012
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/11/2012
ARTIGO APROVADO ATÉ 20/12/2012



EFEITOS E MEMÓRIA NA MATERIALIDADE LINGUÍSTICA DA NARRATIVA DO CHORADO

Autor: Weverton Ortiz Fernandes¹

Co-autora: Olimpia Maluf²

Orientadora: Prof. Dra. Eliana de Almeida³

RESUMO: A análise tem como material de estudo uma narrativa verbal de um morador da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT. Esta análise se filia na teoria da Análise de Discurso (AD), baseada nas discussões de Eni Orlandi (2002, 2007, 2007, 2008 e 2009), Maria Onice Payer (2006), Solange Leda Gallo (1992) e Claudine Haroche (1992). Temos como objetivo compreender como a memória se constitui na narrativa verbal. Para isso, mobilizamos as noções de memória discursiva, formação discursiva e posição sujeito. Compreende-se na narrativa o funcionamento da estrutura da escrita. Além disso, há lugares discursivos contraditórios em uma mesma estrutura significante: **senhoras escravas**. O pronome **senhoras** funciona como um tratamento de prestígio à mulher negra. O nome **escravas** se historiciza pelo lugar de desprestígio. O pronome está em relação ao nome e, estes, funcionam como lugares contraditórios. No decorrer da narrativa, em que o pronome **senhoras** substitui o nome **escravas**, compreende-se que a substituição altera os efeitos de significação pois, nesse acontecimento enunciativo, o pronome **senhoras** funciona, ao mesmo tempo, como lugar de prestígio e desprestígio à mulher negra do Chorado, numa relação com a memória das **escravas**. São dois lugares discursivos funcionando no pronome **senhoras**. Disso, pode-se compreender que a posição sujeito da narrativa não é coerente e se constitui nessa contradição de lugares discursivos.

Palavras-chave: Memória Discursiva. Lugar Discursivo. Posição Sujeito.

ABSTRACT: This analysis have as material of study a verbal narrative of a dweller of the Vila Bela da Santíssima Trindade city – MT. This analysis oneself base in the theory of the of discourse Analysis (AD), with base in the discussion of Eni Orlandi (2002, 2007, 2007, 2008 e 2009), Maria Onice Payer (2006), Solange Leda Gallo (1992) and Claudine Haroche (1992). We have as objective to understand as the memory is constitutive in the verbal narrative. For it, we mobilize the concept of discursive memory, discursive formation and subject position. Oneself understand in the narrative the functioning of the structure of the written. Also, we find discursive place contradictory in a treatment of prestige for the negress woman. The treatment pronoun used in the relation to the noun and, its, functioning in the way as a contradictory relation. In the to elapse of narrative, in that the pronoun mistress replace the noun mistress, oneself understand that the substitution alter the effect of signification because, in that event enunciative, the pronome mistress function, to the same time, as place of prestige and disreput for the negress woman of the *Chorado*, in a relation with the memory of the slave. It sounds to be in two place discursive functioning in the pronoun mistress at the same time. From this way, oneself understands that the subject position of narrative has no coherence and it is constitutive in that position as contradiction of discursive place.

Keywords: Discursive Memory. Discursive Place. Subject Position.

¹ Acadêmico do Programa de Mestrado em Linguística – UNEMAT.

² Prof. Dra. do Programa de Mestrado em Linguística – UNEMAT.

³ Prof. Dra. do Programa de Mestrado em Linguística – UNEMAT.



EDIÇÃO Nº 14 SEGUNDO SEMESTRE DE 2012
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/11/2012
ARTIGO APROVADO ATÉ 20/12/2012



1. Introdução

Tomamos como objeto de análise uma narrativa verbal sobre a Dança do Chorado (anexo I) da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT. Nesse material, iremos compreender a memória e os efeitos discursivos que se constituem na narrativa.

Para essa compreensão, nos filiamos à Análise de Discurso francesa e tomamos como embasamento teórico os seguintes autores: Orlandi (2002, 2007, 2007, 2008 e 2009), Payer (2006), Haroche (1992) e Pêcheux (1990). As noções a serem mobilizadas são: memória discursiva, formação discursiva e posição sujeito.

Para compreender o funcionamento dos lugares discursivos e a estrutura linguística que se repete na narrativa, faremos algumas considerações que visa o modo como pensamos a linguagem pela teoria da Análise de Discurso francesa (AD). Essas considerações teóricas funcionarão numa relação com a narrativa do Chorado.

Primeiramente, faremos a descrição do objeto de análise. Na sequência, as considerações teóricas. Em terceiro e quarto lugar, desenvolveremos uma análise que compreende a seguinte questão no texto narrativo: como a estrutura da narrativa se repete a partir do processo de gramatização das políticas de língua no Brasil e, como os lugares discursivos, de contradição estão se significando no pronome *senhoras*.

2. Coleta do material e objeto de análise

A coleta do material ocorreu no ano de 2008, no mês de Julho, em um dia de comemoração das festividades vilabelense, na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT. Esta cidade foi fundada em 1752 para ser a primeira capital de Mato Grosso, localizada à extremo oeste do Estado, próximo à fronteira com a Bolívia, cerca de 500 km de Cuiabá.

Essa região funcionou como um ponto estratégico da Coroa Portuguesa em que visava ampliar as fronteiras do Brasil e extrair as principais riquezas minerais dessa região como, por exemplo, o ouro. O trabalho escravo era a mão-de-obra de sustentação econômica.

A coleta é uma gravação de áudio e vídeo de uma narrativa sobre a história da Dança do Chorado. É uma narrativa verbal, pública, organizada pela secretaria municipal ao lado da comunidade local.

Conforme a narrativa, o Chorado é uma dança que se originou quando Vila Bela ainda era a capital da Capitania de Mato Grosso. Era uma dança realizada apenas entre as mulheres negras, escravas, que tinha o intuito de seduzir os senhores de terras e, nesse jogo de sedução, as mulheres pediam em troca a libertação dos escravos reféns prisioneiros condenados à tortura e à morte.

Pode-se notar na narrativa que a Dança do Chorado passou por três períodos distintos no decorrer de sua origem até a atualidade. No primeiro período o Chorado era uma necessidade da mulher negra se dizer, poder dizer, através dos gestos de sedução da dança para seus superiores, os senhores de terra. Elas pediam aos senhores a soltura dos escravos condenados à tortura.

No segundo período, após a transferência da capital para Cuiabá, o Chorado passou a ser praticado em recinto fechado, organizado apenas pelas mulheres negras.

Já o último período, a partir da última década de 80 (oitenta) a Dança do Chorado passou a ser organizada pelas mulheres descendentes de escravas, chamada de conselheiras, com o apoio da comunidade local, da prefeitura, em que essa dança aparece ao lado de um conjunto de festividades tradicionais da cidade de Vila Bela.

De acordo com os efeitos produzidos na/pela narrativa, procuramos compreender como o dizível se constitui pela historicidade e pelos lugares discursivos.

3. Fundamentação teórica

Em nossa sociedade a interpretação tem sido tratada comumente como transparente, literal e controlável. A leitura é entendida a partir de uma intencionalidade na significação dos sentidos.

Pela Análise de Discurso, a significação das palavras não está na relação termo-a-termo e nem há uma intencionalização do gesto de leitura. Diante disso, pela perspectiva dessa teoria, compreendem-se os efeitos de significação a partir da exterioridade, em que a historicidade e a ideologia se materializam no funcionamento discursivo.

Ao pensarmos esse deslocamento do gesto de interpretação, visamos uma noção importante para a compreensão desse deslocamento: a historicidade. Conforme Orlandi (2007, p. 58) ao tratar dado/fato-historicidade, a autora diz:

[...] os “dados” não têm memória, são os “fatos” que nos conduzem à memória linguística. Nos fatos temos a historicidade. Observar os fatos de linguagem vem a ser considerá-los em sua historicidade, enquanto eles representam um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade, seu modo de funcionamento. Em suma, olharmos o texto como fato, e não como um dado, é observarmos como ele, enquanto objeto simbólico, funciona.

Ao compreender a narrativa do Chorado como um fato, uma materialidade textual, compreende-se essa materialidade do seguinte modo:

O deslocamento fundamental que tenho proposto, guardando a perspectiva da Análise de Discurso, é a redefinição de texto junto ao de exterioridade. O discurso é o lugar de observação do contato entre a língua e a ideologia, sendo a materialidade específica da ideologia o discurso e a materialidade específica do discurso, a língua. O texto, definido, deve ser então considerado como o lugar material em que essa relação produz seus efeitos, apresentando-se imaginariamente como uma unidade na relação entre os sujeitos e os sentidos (ORLANDI, 2008, p. 86).

De acordo com a autora, o texto é uma materialidade que funciona na relação com a exterioridade: a posição sujeito (ideológica) e a historicidade. Essa relação constitutiva que funciona na materialidade linguística da narrativa produz os efeitos de unidade significativa. A textualidade, tratada aqui, “deriva de um discurso que a sustenta, que as provê de realidade significativa” (ORLANDI, 2008).

Com relação a concepção de linguagem em AD, segundo Orlandi (2009, p. 15)

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive.

De acordo com a autora, a linguagem entendida como mediação entre o homem e a realidade social é o discurso. Seguindo essas considerações, o discurso torna a realidade social e o homem como “estático” e, ao mesmo tempo, como “mutável”.

Será sobre essa relação do “mesmo” e do “diferente” que procuraremos compreender os efeitos de significação da narrativa do Chorado. Com relação a língua, Orlandi (2009, p. 16) prossegue

[...] a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com as maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

Conforme a autora, a AD não se preocupa em caracterizar, interpretar e/ou dar relevância a um determinado funcionamento semântico e linguístico. Esta disciplina visa compreender o funcionamento dos efeitos que se constituem numa materialidade linguística, independente do tipo e realidade social a que os efeitos de uma dada materialidade se inscreva. Não visa compreender a língua isolada do social, do histórico, da ideologia.

Quanto ao gesto de leitura do analista, segundo Orlandi (2008, p. 78):

[...] o analista não interpreta o texto; através de um dispositivo analítico, ele explicita (torna visíveis) os gestos de interpretação que textualizam a discursividade e ele interpreta os resultados dessa análise, no interior de um dispositivo teórico. Sua finalidade, como tenho insistido, não é interpretar os textos mas compreender os gestos de interpretação inscritos nos textos.

Ou seja, o analista de discurso procura compreender como os efeitos de sentidos estão funcionando em uma determinada materialidade. No objeto de análise, visamos explicitar a exterioridade na materialidade linguística da narrativa, os efeitos de significação sustentada pelo já-dito, conforme as compreensões em Orlandi (2009, p. 31):

[...] é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

Ao tomar a narrativa como uma materialidade, compreendemos que essa materialidade é sustentada pela memória no momento em que a língua é posta em funcionamento. Pela materialidade linguística que se

compreende os efeitos da exterioridade: *Esta noção, a de materialidade, nos leva às fronteiras da língua e nos faz chegar à consideração da ordem simbólica, incluindo nela a história e a ideologia.* (ORLANDI, 2007, p. 46)

Os dizeres do sujeito são sustentados pelo interdiscurso. Essa sustentação constitui a posição sujeito. A posição sujeito, tratada em AD, não é o posicionamento do autor em relação ao que pensa. A posição sujeito é a posição ideológica que se constitui *pelo confronto do simbólico com o político* (Orlandi, 2008, p. 81) no momento em que o sujeito é instado a interpretar, a dar sentido a uma determinada materialidade simbólica: “Temos dito que há *injunção* a interpretação. Diante de qualquer objeto simbólico, somos instados a dar sentido, a significar” (ORLANDI, 2007, p. 89).

Partindo das considerações de Orlandi, a posição sujeito autor da narrativa do Chorado se constitui pela ideologia. Ou seja, essas considerações visam a pensar um sujeito descentrado, não psicológico. Tem-se aí a questão a ser pensada: que formação ideológica se constitui a partir do gesto de interpretação presente na materialidade linguística da narrativa?

Conforme as considerações, a narrativa do Chorado não se constitui a partir de um narrador empírico. Será a partir dessas considerações que procuraremos analisar como as condições ideológicas e a historicidade se materializam na narrativa.

4. Políticas de língua e fato linguístico: ordem simbólica na estrutura da narrativa do chorado

Para compreender os efeitos do saber metalinguístico, suas tecnologias instituídas e legitimadas pelo Estado na sociedade em que esse saber constitui os fatos da língua⁴, tomamos como objeto de análise uma narrativa verbal (anexo I) sobre a história da Dança do Chorado.

⁴Fatos da língua está relacionado ao termo empregado por E. Orlandi e Guimarães (2001). Tomaremos esse termo como “fatos da língua” ou “fato linguístico”, conforme as considerações dos autores, um saber metalinguístico que contribui para um determinado funcionamento linguístico (fato linguístico) a partir das tecnologias instituídas e legitimadas pelo Estado: a gramática e o dicionário.



EDIÇÃO Nº 14 SEGUNDO SEMESTRE DE 2012
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/11/2012
ARTIGO APROVADO ATÉ 20/12/2012



Como já foi dito, é uma narrativa pública, direcionada aos adeptos e turistas presentes nas festividades vilabelense. Essa narrativa é uma história narrada desde o período colonial até a atualidade, produzindo um efeito de “reconstrução” de um fato histórico da mulher negra vilabelense, fato esse significado e mediado pelo funcionamento linguístico nessa dada comunidade.

Com relação às políticas de língua e seus efeitos presentificados na estrutura do objeto de estudo, mobilizaremos a noção de memória discursiva. Essa noção estará funcionando numa relação com a estrutura da narrativa do Chorado, estrutura esta que será compreendida como fato linguístico.

Entendemos como necessário pensar essa noção a partir das considerações de Claudia Castellanos Pfeiffer (2001), Maria Onice Payer (2006) e Eni P. Orlandi (2001, 2002 e 2007). Para mobilizá-la, tomamos como recorte de análise o seguinte trecho da narrativa:

A Dança do Chorado foi uma estratégia usado pelas senhoras escravas no momento correto com a dancinha. Seus esposos e seus filhos presos, além de tudo isso e conhecimento da população, os sacrifícios são dados até as solturas que eram feito diante da presença dessas senhoras. As senhoras tinham uma certa diferenciação: era bem melhor tratadas. (Morador vilabelense, 2008, anexo I)

Relacionado ao recorte, questionamos: Como a estrutura da narrativa do Chorado está sustentada pelas políticas de língua? Como e de que modo os efeitos dessa política se instituem nesse fato linguístico? Partindo das considerações de Orlandi (2002, p. 232), compreende-se o funcionamento linguístico na sociedade atual do seguinte modo:

Por outro lado, tenho convicção do que chamamos oralidade praticamente já não existe em nossa cultura ocidental cristã [...] Não oponho escrita e oralidade ao modo de uma tipologia. As posições (do) sujeito, por sua vez são uma função da relação com as formações sociais em seu (da língua e das formações) mecanismos de projeção imaginários.

De acordo com a autora (2002), na sociedade ocidental cristã que envolve a relação do sujeito com as formações sociais, como é o caso da comunidade de Vila Bela, a oralidade enquanto memória constitutiva não existe.

Partindo dessas compreensões, propomos compreender o funcionamento de uma repetição estruturante da escrita na materialidade linguística da narrativa do Chorado em que, conforme Orlandi e

Guimarães (2001, p. 33), essa repetição são fatos linguísticos constitutivos do processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil.

Sustentando a ideia de que a gramatização de uma língua é uma parte da história desta língua, podemos afirmar que as tecnologias linguísticas não são somente os produtos de um saber mas que elas contribuem para a constituição dos fatos da língua.

Ou seja, as tecnologias linguísticas não se limitam apenas a um saber metalinguístico. Relacionando essa questão ao objeto em análise, como esse fato linguístico, a partir da sua estrutura significativa, produz efeitos constitutivos da memória da escrita?

Em primeiro lugar, o fato de a narrativa verbal poder ser transcrita, obedecendo às pontuações e vírgulas, essa regularidade sintática se constitui pela ordem da escrita. O ritmo do funcionamento linguístico em que uma oração coordenada explica a oração anterior, dividida na transcrição por dois pontos (:) “As senhoras tinham uma certa diferenciação: era bem melhor tratadas.”, no caso “bem melhor tratadas” explica o tratamento diferenciado que a mulher negra, a dançarina do Chorado recebia dos senhores de terra.

Além disso, o efeito de completude e de sentido único: início e finalização dos períodos; representada na transcrição pelo ponto final, remetem ao lugar da escrita. Do contrário, se fosse a memória da estrutura da oralidade, não haveria possibilidade de realizar a transcrição pela escrita instituída e legitimada pelo Estado.

Em um dos artigos escrito por Claudia Castellanos Pfeiffer, “A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX”, ao lado de um conjunto de artigos que compõe a obra “História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional” (2001), organizada por Orlandi, trata a questão da escrita e oralidade do seguinte modo: “O que os diferencia é a legitimação de um em detrimento do outro. O D.E. (Discurso da Escrita) é o discurso legitimado” (Pfeiffer, 2001, p. 168).

Com base nas considerações de Pfeiffer (2001) pode-se compreender que a narrativa do Chorado é um fato linguístico constitutivo da memória da escrita, memória esta legitimada pelo Estado. Tem-se, então, a memória da escrita enquanto um fato linguístico na materialidade discursiva do Chorado. A oralidade seria o “dizível” não correspondente aos fatos linguísticos instituídos e legitimados.

Os “erros” estruturais: problemas de concordância “[...] que esses curioso[...]”, de gênero “[...]estratégica usado[...]” por exemplo, são questões da organização linguística, centralizada ao

conteudismo. Do ponto de vista da AD, interessante observar “o que essa organização sintática pode nos fazer compreender dos mecanismos de produção” (ORLANDI, 2007, p. 46).

Dessas questões estruturais, compreende-se que, da constituição das normas pelo Estado às vigências das regras nos usos linguísticos, há deslizamentos estruturante da língua em que comumente chamam de desvio⁵ das normas linguísticas. Nem sempre o que o Estado institui como regra será exatamente seguido pelo(s) falante(s) dessa língua. Ainda sobre a ordem e organização linguística, Orlandi (2007, p. 46) acrescenta que:

Se a noção de estrutura nos permite transpor o limiar do conteudismo, ela não nos basta pois nos faz estacionar na ideia de organização, de arranjo, de combinatória. É preciso uma outra noção. Esta noção, a de materialidade, nos leva às fronteiras da língua e nos faz chegar à consideração da ordem simbólica, incluindo nela a história e a ideologia.

A partir dessa reflexão propõe-se observar a narrativa não enquanto uma organização sintática e, sim, enquanto ordem da língua, ordem simbólica constitutiva da memória da estrutura da escrita. Ao tratar dessas questões, segundo Payer (2006, p. 39):

A memória trabalha e é trabalhada, pois, na própria construção da língua, e isto constitui o fundamento do que entendemos como discurso. Podemos então dizer que há memória discursiva já na língua, não em uma dimensão suposta como ulterior a ela. Para significar, a língua supõe memória ao se dar como repetição. Falamos, por outro viés, sobre a *memória “na” língua*, isto é, sobre o modo como os sentidos produzidos e sustentados socialmente, pela repetição, se encontram nisto que chamamos de língua já em seus elementos mínimos. Nesta perspectiva, podemos compreender que o modo como uma sociedade, um povo, produz sentidos historicamente encontra-se marcado em sua linguagem, no modo como ele fala a “sua” língua, ou melhor, a língua que lhe é dado por sua história.

A memória da língua não está em relação ao que foi dito. No objeto em análise, a memória da estrutura da escrita se repete no momento em que a língua é posta em funcionamento. É somente desse modo, pela repetição, que a língua funciona e produz efeitos.

⁵ Desvio está baseado nas considerações de Pfeiffer (2001) “A ‘língua do povo’ encontra-se, neste eixo, sobretudo no campo semântico de *transformação* e, por vezes, no campo semântico de *desvio*. No Brasil há apenas a *língua das transformações/dos desvios* mas que guarda uma relação de dependência com a “boa-língua” de Portugal – a ‘língua materna’ portuguesa” (História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional / org. Eni P. Orlandi).

O ritmo linguístico, o modo como a narrativa (a fala) se constrói em sua reprodução sintática, o efeito de finalização das ideias e da univocidade dos sentidos se constituem pelo discurso da escrita. Sobre os efeitos que partem da estrutura da escrita, Gallo diz:

Essa conservação se dará da seguinte maneira: ela apresentará, aos estudantes, o discurso escrito, como modelar, e sua forma normativa. Essa prática pedagógica estará legitimado, mais uma vez, esse discurso que, por isso mesmo, produz um sentido único e desambiguizado (GALLO, 1992, p. 59).

Ou seja, ao tratar semanticamente do funcionamento do discurso da escrita, esse discurso produz um efeito de univocidade da significação.

Podemos relacionar essa compreensão ao encadeamento das ideias: primeiro, segundo e terceiro período da Dança do Chorado. Estes períodos significam “efeito de sequencialidade” de acontecimentos, das ações das protagonistas em três períodos históricos distintos. As ações da mulher negra descrita na narrativa funcionam como um efeito de ideia central, o que na atualidade se constitui a partir das “normas” da escrita.

Esse modo de organizar o texto em uma sequência, de um modo linear, parte de uma formação imaginária constitutiva da escrita: objetiva a um modo regular de o leitor compreender e fazer as suas interpretações a respeito da mulher negra e da Dança do Chorado sem ambiguidades.

Com relação a isso, tanto a posição sujeito da narrativa quanto o leitor (expectador) se constituem por esse lugar discursivo da escrita. Somente desse modo é que os efeitos de significação, a unidade significativa da narrativa, são produzidos entre a posição sujeito autor e leitor.

A interpretação se constitui por esse espaço discursivo-estruturante: pela escrita. A escrita media o efeito de interlocução entre o narrador do Chorado e os ouvintes. Tem-se aí o papel legislador do Estado produzindo efeitos nesse gesto de formulação e interpretação dos fatos linguísticos, constituindo aí uma forma sujeito: a forma sujeito-de-escrita.

Nos três períodos da narrativa, há o funcionamento de uma protagonista e um antagonista. A protagonista é a mulher negra da Dança do Chorado. Compreende-se isso na forma de tratamento de prestígio que a mulher negra recebe pelo pronome “**senhoras** escravas”, pelo nome “foi uma **estratégica**” em que o nome remete a mulher negra como estrategista.

Além disso, os adjuntos adverbiais de tempo “no momento correto” e “no momento certo” produzem efeitos de precisão da mulher negra nas suas decisões e nas suas ações de conseguirem a libertação dos escravos presos e torturados pelos senhores de terra.

Ao contrário desses efeitos de “valores” referentes à mulher do Chorado, o antagonista da narrativa são os coronéis: senhores de terra. O antagonista funciona de uma forma mais sutil. Ocupa o lugar de soberano e de vilão no acontecimento da narrativa: “Para inibir os sofrimentos dos seus esposos, elas tinham os seus patrões uma **grande revolta** dentro de si próprio”; esse enunciado demonstra um efeito de desprestígio aos senhores de terra, produzindo efeitos do sentimento das mulheres do Chorado no fragmento: “**grande revolta**”.

Esse lugar de protagonismo e antagonismo é um já-dito de textos narrativos que, na sociedade ocidental cristã, se fundam nos textos literários da escrita. Compreende-se desse modo que é a memória da escrita que narra a história da Dança do Chorado. Tem-se aí não um autor empírico e, sim, a escrita que legitima o dizível dessa narrativa. A memória da escrita enreda o modo como a língua funciona nesse acontecimento.

Essa estrutura linguística da narrativa que se constitui pela ordem da escrita resulta das políticas de língua no Brasil em que institui e legitima o seu funcionamento. Não há outra possibilidade do morador vilabelense se dizer, poder dizer, que não seja pela estrutura da escrita.

Há um efeito de regularidade e de univocidade por parte das políticas de língua de se pensar as relações sociais, nesse caso a de tornar visível um acontecimento histórico, por uma regularidade linguística.

Lembramos que, esse acontecimento já é estruturante (cf. Pêcheux, 1990). O acontecimento histórico a que referimos na narrativa sobre a história do Chorado é um fato linguístico estruturado pela escrita. Ao tratar da história da mulher do Chorado, esse gesto de interpretação se estrutura pelos fatos linguísticos legitimados pelo Estado.

O morador vilabelense não pode dizer, se manifestar do jeito que deseja pois, o próprio, está submetido à língua e, esta, as ideologias do Estado. Para dizer, o narrador está submetido a esse funcionamento estrutural linguístico, mesmo que falasse outras línguas e que seguisse outras estruturas. O narrador do Chorado está inscrito por essas condições discursivas, impossibilitado de se significar, poder significar, fora do lugar linguístico instituído pelo Estado.

A relação com o outro está determinada por esse lugar da escrita, lugar este cristalizado, naturalizado pelas políticas de língua na qual interpela o narrador da história da Dança do Chorado.

5. Materialidade linguística: efeitos e lugares discursivos contraditórios do pronome *senhoras* na narrativa do Chorado

Conforme a narrativa, a Dança do Chorado se caracteriza em três períodos de sua história. Nesses períodos, percebe-se que a mulher do Chorado é referida pelos pronomes **senhoras escravas**, repetidas vezes.

Tomamos três recortes para problematizar essa questão de repetição. *Recorte1 (R1)*: “A Dança do Chorado foi uma estratégia usado pelas **senhoras escravas** no momento correto...” *Recorte2 (R2)*: “As **senhoras** tinham uma certa diferenciação: era bem melhor tratadas.” *Recorte3 (R3)*: “... não deixaram de se aproximarem **das senhoras** e lançaram as suas conquistas.” Antes de pensar o funcionamento desses significantes na materialidade linguística, verificaremos como essas palavras **senhoras escravas** são entendidas em contextos isolados: pela gramática, história cronológica e dicionário.

Ao tratar do pronome **senhoras**, segundo Cunha e Cintra (1985), o pronome é uma classe gramatical que acompanha ou substitui o nome. De acordo com o autor (1985, p. 159) “Denominam-se pronomes de tratamento certas palavras e locuções que valem por verdadeiros pronomes pessoais, como: você, o senhor, Vossa Excelência”. Quanto ao pronome **senhoras**, Cunha e Cintra (1985, p. 161) dizem:

O senhor, a senhora (e a senhorita, no Brasil, a menina, em Portugal, para a jovem solteira) são, nas variantes europeia e americana do português, formas de respeito ou de cortesia e, como tais, se opõem a tu e você, em Portugal, e a você, na maior parte do Brasil.

Colocando em contraste o pronome com o nome **escravas**, esse nome, historicamente, remete à determinada condição da mulher negra no Brasil, mais especificamente no período em que a mão-de-obra no Brasil era, em sua maioria, composta por escravos.

Até às vésperas do movimento abolicionista, o depoimento do escravo nada valia. Comentando esse fato, um viajante dizia que dez zeros não fazem uma cifra e que nenhum depoimento de negro contra um branco faria efeito. O branco é infalível e quando lhe sucede cometer um crime, é seu escravo o culpado, é este quem há de aceitar a responsabilidade (COSTA, 1998, p. 335).

A referência mostra que o negro não tinha voz. A história cronológica compreende a condição do escravo do seguinte modo: desprestigiado, submisso e sem valor social. Nesse contexto social e linguístico era comum remeter aos escravos como pessoas desprestigiadas.

Com base no dicionário Aulete, o nome **escrava** significa: “s. f. || mulher cativa; mulher que pertence a um dono; a que obedece incondicionalmente: "Pois juro de ser escrava sua em tudo o que me mandar. " (Man. Bernardes, Estímulo Prático, 14, p. 113, ed. 1730.) F. fem.” remete aos efeitos de significação da mulher negra, condição de pertencimento e, conseqüentemente, submissa.

Relacionando isso ao objeto de análise, ao buscar compreender o funcionamento desses efeitos **senhoras escravas** na materialidade linguística da narrativa, propomos levar em consideração nesse funcionamento discursivo a formação ideológica, a formação imaginária, a historicidade e a posição sujeito do/no enunciado.

Disso, compreenderemos de que modo iremos tratar desses fragmentos **senhoras escravas** não em um contexto isolado, como descrito acima, mas pelo funcionamento discursivo, conforme Orlandi (2007, p. 45): “[...] para nós não é o ordenamento imposto, nem a organização enquanto tal, mas a forma material. Interessa ao analista não a classificação mas o funcionamento”.

Percebe-se no R1 lugares discursivos de contradição, de diferença em uma mesma estrutura significante: “A Dança do Chorado foi uma estratégia usado pelas **senhoras escravas** no momento correto...”. Nessas condições do dizível em que narrador se encontra, diante de um público heterogêneo, o inconsciente aflora pela/na narrativa e, nesse acontecimento discursivo o pronome **senhoras** funciona como pronome de tratamento que produz efeitos de prestígio, de cortesia, de respeito às **escravas** da Dança do Chorado. Já o nome **escravas** se historiciza pelo lugar de desprestígio do negro na sociedade escravocrata. Quanto à isso, segundo Payer (2006, p. 132):

Já as considerações que fazemos adiante sobre as noções de cultura e de nacionalidade tornam possível recolocar essas noções em termos de memórias discursivas, desnaturalizando os valores

simbólicos dos grupos como antropológicamente inatos para ressignificá-los enquanto lugares discursivos, em termos de valores simbólicos resultantes da história [...]

Ao basear-se nas considerações da autora (2006) sobre os lugares discursivos, pode-se compreender no funcionamento linguístico do R1 que há lugares de prestígio e de desprestígio em **senhoras escravas**. Como?

Ao levar em conta a formação ideológica e a historicidade, o pronome **senhoras** produz o efeito de cortesia no nome **escravas**, nome este que historicamente ocupa o lugar discursivo de desprestígio.

Na atualidade, a mulher negra do Chorado não pode ser significada de qualquer modo e do modo como o narrador deseja. A mulher negra é significada conforme as condições de produção que a formação ideológica permitir.

Devido a essas condições de produção da contemporaneidade e a historicidade de desprestígio do nome **escravas** que o narrador se vê obrigado a significar a mulher negra pelo pronome **senhoras**. Essa obrigação é um gesto inconsciente, exterior ao indivíduo. No momento em que a língua é colocada em funcionamento, o narrador não se dá conta dessa submissão ao ser inscrito nessa formação ideológica.

Com relação às condições atuais de produção, a paráfrase do recorte1 “A Dança do Chorado foi uma estratégia usado pelas **negras** no momento correto” e “A Dança do Chorado foi uma estratégia usado pelas **escravas** no momento correto”; percebe-se que a ausência do pronome **senhoras** produz outros efeitos nessa materialidade.

Determinadas pela historicidade e pelas condições ideológicas de produção da atualidade, o nome **escravas** produz determinados efeitos como: mulher negra explorada, rebaixada, submissa, desprestigiada. Esse efeito de desprestígio era considerado comum no período da escravidão.

Esses efeitos não condizem com as condições de produção nessa dada situação do século XXI, sociedade não mais escravocrata em que, os direitos humanos, determinado pelo discurso jurídico, determina o que pode e deve ser dito (cf. Haroche, 1992).

Com relação à essa interpelação, **negras**, no século XXI, produz um efeito pejorativo, dada as determinações ideológicas e do imaginário social que as inscrevem. Essas duas paráfrases, na atualidade, são comprometedoras para os valores sociais e jurídicos vigentes.

Diferentemente do R1, em que dois lugares contraditórios, visíveis, se marcam em uma mesma estrutura significativa, no R2, esta retoma o R1 e o pronome **senhoras** não acompanha o nome e, sim, substitui o nome **escravas**, nome não mais visível na estrutura significativa⁶.

Desse modo, compreendemos que há um silenciamento do nome **escravas** pelo pronome **senhoras**. Esse silenciamento é estruturante pois se marca na visibilidade significativa. Diante disso, fica a seguinte questão: a historicidade do nome **escravas** se mantém ao ser substituído pelo pronome **senhoras**? Para essa questão, tomamos como referência as compreensões de Orlandi (2007, p.75) sobre o dizer que silencia outros dizeres.

Determinado pelo caráter fundador do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção de sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos.

Conforme Orlandi, o silêncio constitutivo é o dizer que apaga outros dizeres e, também, os sentidos que se “deseja” evitar, sentidos que trabalham com outros lugares discursivos.

No caso da narrativa, o silenciamento funciona do seguinte modo: diz-se **senhoras** no lugar de **escravas** em que o nome **escravas** não fique visível na materialidade linguística. Ou seja, na formulação, ao levar em conta apenas a estrutura significativa, o silenciamento ocorre na visibilidade linguística. A estrutura significativa silencia o nome **escravas**.

Pode-se compreender que esse silenciamento é constitutivo das condições ideológicas de produção e funciona pelo inconsciente. Nesse silenciamento, não é a escolha do narrador em dizer x no lugar de y que vai produzir um determinado efeito. São as condições do dizível, dentro daquilo que pode e deve ser dito, que obriga o narrador vilabelense a dizer x = **senhoras**, no lugar de y = negras, escravas. A partir dessas condições se produz um efeito de prestígio à mulher do Chorado.

Na materialidade significativa o sujeito é tomado por esse lugar ideológico de cortesia e, consequentemente, o pronome de tratamento de prestígio **senhoras** substitui o nome de desprestígio **escravas**.

⁶ Visibilidade da estrutura significativa: referente ao eixo da formulação, onde se enuncia os significantes.

Ao nível da constituição, a historicidade do nome **escravas** está se significando no pronome **senhoras**. A forma significante silencia o nome, mas não a sua historicidade e o seus efeitos.

Pelo contexto discursivo, o que se tem é o silêncio fundador produzindo efeitos da história do nome **escravas** no pronome **senhoras**, efeitos este sem estar presente pela visibilidade dos significantes: “O silêncio não está apenas ‘entre’ as palavras. Ele as atravessa. Acontecimento essencial da significação, ele é matéria significante por excelência” (ORLANDI, 2007, p. 69).

Os sentidos a se evitar: os lugares de desprestígio da mulher negra do Chorado estão se significando no pronome de tratamento **senhoras** pelo silêncio fundador. Ou seja, conforme as considerações de Orlandi, nesse funcionamento linguístico em que o pronome substitui o nome, os efeitos do nome **escravas** atravessam o pronome **senhoras**.

Mesmo o nome sendo silenciado pelo pronome na sua forma significante, os efeitos de desprestígio do nome **escravas**, a sua historicidade estão se dizendo, se significando pelo/no pronome **senhoras**.

Desse modo, compreende-se que o pronome de tratamento funciona de modo diferente nos três recortes. No R1, o pronome acompanha o nome. O pronome produz efeitos de cortesia referente ao nome, nome este que ocupa um lugar, historicamente, de desprestígio.

No R2 e R3, o pronome de tratamento substitui o nome **escravas** e, nesse acontecimento discursivo, os efeitos do nome se significam no pronome: “As **senhoras** tinham uma certa diferenciação: era bem melhor tratadas”. A mulher negra significada pelo efeito de prestígio em **senhoras**, está também sendo significada pela historicidade dos efeitos de desprestígio constitutivo no nome **escravas**.

Pela historicidade, o nome **escravas** produz um efeito de desprestígio. Pelo contexto discursivo, o pronome de prestígio constitui a posição sujeito do enunciado, posição esta determinada pelos fatores sócio-histórico-ideológico. As condições do dizível na atualidade é o que determina a posição sujeito autor a se marcar nesse lugar de cortesia e de respeito sobre a escrava do século XIX.

No R1, há dois lugares contraditórios funcionando, linearmente, em uma mesma estrutura significante: **senhoras escravas**. No R2 e R3 há uma palavra (pronome **senhoras**) constitutivo de dois lugares contraditórios nesse único acontecimento: funciona ao mesmo tempo como um efeito de prestígio e se constitui pela memória de desprestígio.

É ao mesmo tempo um efeito de cortesia do próprio pronome e um lugar, histórico, de desprestígio constitutivo do nome **escravas**. Pode-se compreender que, o pronome de tratamento, além de acompanhar, substituir e produzir efeitos no nome **escravas**, traz inscrito pela memória lugares de prestígio e desprestígio.

Esses lugares discursivos na estrutura significante é exterior ao indivíduo e, assim, o efeito de contradição se dá pelo motivo de a posição sujeito autor da narrativa aparecer inscrito dentro daquilo que pode e deve ser dito, em contraste com a historicidade do efeito do nome **escravas**.

Isso significa que a posição sujeito autor não se constitui de qualquer modo ou pelo acaso. Também não se constitui em uma unidade coerente. Não há coerência da posição sujeito. A posição sujeito da narrativa se constitui onde a língua falha, onde o equívoco e a memória intervêm no funcionamento discursivo.

6. Considerações finais

Ao tratar sobre o objeto em análise, compreende-se que a forma estruturante da narrativa do Chorado não se constitui de qualquer modo ou conforme a intenção do narrador. A forma estruturante da narrativa se constitui a partir das políticas de língua no Brasil, na qual o Estado desempenha o seu papel legislador.

É inegável não considerar os efeitos desse papel desempenhado pelo Estado nos fatos linguísticos. E esse papel legislador do Estado só pode ser exercido se levar em conta a gramatização da língua, um saber metalinguístico sobre o funcionamento linguístico nesse território, como se verifica a seguir: *Com efeito, não há política linguística sem gramática e, em sentido inverso, a forma da gramática define a forma das políticas linguísticas (a relação com a língua/a relação com as línguas)* (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 36).

Ao levarmos em conta a relação do sujeito com a escrita, leva-se em conta também a forma sujeito que vai se constituindo nessa relação estruturante, a forma sujeito-de-escrita, no qual este não tem acesso e nem o controle dessa exterioridade.



EDIÇÃO Nº 14 SEGUNDO SEMESTRE DE 2012
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/11/2012
ARTIGO APROVADO ATÉ 20/12/2012



Quanto aos efeitos discursivos no pronome *senhoras*, pode-se compreender que, da formulação à constituição, o pronome é uma materialidade que não apenas substitui o nome e, sim, altera os efeitos de significação do nome-pronome. Tem-se o mesmo no diferente. Ao qualificar a mulher negra pelo pronome de prestígio, essa qualificação está atravessada pelo efeito de desprestígio.

Esse gesto simbólico do pronome acompanhar o nome, na primeira sentença enunciativa; do pronome substituir o nome nas sentenças seguintes, remetem a construção imaginária e inconsciente do gesto de interpretação e de formulação advinda da escrita.

Há aí um saber metalinguístico que diz ser “redundante” a repetição **senhoras escravas**. A partir dessa memória regulada pelo Estado que os fatos linguísticos se constituem. A classificação dos nomes e dos pronomes em contextos que não levam a posição sujeito e a sua historicidade torna-se comprometedora.

REFERÊNCIAS

REVISTA AVEPALAVRA
WWW2.UNEMAT.BR/AVEPALAVRA



EDIÇÃO Nº 14 SEGUNDO SEMESTRE DE 2012
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/11/2012
ARTIGO APROVADO ATÉ 20/12/2012



Aulete digital. Int. "C:\Program Files\Aulete digital\Aulete.exe". Acesso em: 15 de Jul. 2012.

CELSO CUNHA e LUIS F. LINDLEY CINTRA. **Nova Gramática do Português Contemporâneo.** 2ª Edição / 43ª Impressão. Editora Nova Fronteira: 1985, by Celso Ferreira da Cunha e Luis Filipe Lindley Cintra. Direitos de edição da obra em língua portuguesa, no Brasil, adquiridos pela Editora Nova Fronteira S.A.

COSTA, Emílio Viotti da. **Da senzala a colônia** / Emília Viotti da Costa – 4. Ed. – São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Biblioteca básica).

GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino** / Solange Leda Gallo. – Campina, SP: Editora da Unicamp, 1992. (Coleção Momento)

HAROCHE, Claudine. **Fazer Dizer, Querer Dizer.** Tradução Eni Pulcinelli Orlandi com a colaboração de Freda Indusky e Marise Manoel. Editora Hucitec. São Paulo, 1992.

História das ideias linguísticas : construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional / organizadora: Eni P. Orlandi. – Campinas, SP : Pontes; Cáceres, MT : Unemat Editora, 2001. 300p.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso** : princípios e procedimentos, Eni P. Orlandi 8ª Edição, Campinas, SP : Pontes, 2009.

_____. 1942 – Orsf **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos / Eni Puccinelli Orlandi. – 6ª Ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos / Eni P. Orlandi – Campinas, SP : 3ª Edição Pontes Editores, 2008.



EDIÇÃO Nº 14 SEGUNDO SEMESTRE DE 2012
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/11/2012
ARTIGO APROVADO ATÉ 20/12/2012



_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico / Eni P. Orlandi – 5ª Edição, Campinas, SP : Pontes Editores, 2007.

_____. **Língua e conhecimento linguístico** : para uma história das ideias no Brasil / Eni P. Orlandi – São Paulo : Cortez. 2002

PAYER, Maria Onice. **Memória da língua** : imigração e nacionalidade / Maria Onice Payer. – São Paulo: Escuta, 2006.

PÊCHEUX, Michel, 1938-1983. **O discurso** : estrutura ou acontecimento / Michel Pêcheux ; tradução Eni Pulcinelli Orlandi. – Campinas, SP : Pontes, 1990.



EDIÇÃO Nº 14 SEGUNDO SEMESTRE DE 2012
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/11/2012
ARTIGO APROVADO ATÉ 20/12/2012



ANEXO I

Relato do Sr. Elísio

A dança do Chorado foi uma estratégia usada pelas senhoras escravas no momento correto com a dancinha. Seus esposos e seus filhos presos, além de tudo isso e conhecimento da população, os sacrifícios são dados até as solturas que eram feito diante da presença dessas senhoras. As senhoras tinham uma certa diferenciação: era bem melhor tratadas. Para inibir os sofrimentos dos seus esposos, elas tinham os seus patrões uma grande revolta dentro de si próprio. Então, através da inteligência da mulher, porque não dizer também de suas astúcias, elas conseguiram aproximarem dos senhores, no momento do qual eles se encontrava, festejando, e já um pouco tomado pelas bebidas forte da época. Elas acharam uma solução, reunindo-se, diversas mulheres, planejaram e compraram uma saída. Qual foi essa saída? Elas se engrenaram, vestiram muito bem das melhores maneiras possíveis do qual vocês já estão vendo as nossa representante da época. Então elas se aproximava dos seus patrões e do qual eles por serem solteirões, não deixaram de se aproximarem das senhoras e lançaram as suas conquistas. No momento certo, elas se dividiam. E pra não desfazerem diretamente dos seus patrões, elas aceitava alguma proposta, mas lançava as suas. Foi o que a liberdade dos prisioneiros e muitas vezes alguns já eram condenado a morte. E por aí ela conseguia algumas liberdades. Chegando-se capitão-generais de nossa região, sofreu essa penetração, uma pequena mudança. Em vez delas sofrerem “ceias” dos patrões, elas foram convocadas por eles. E nessas convocações, eles que selecionavam e convocavam meninas mais jovens, mais bonitas e mais belas com o objetivo de satisfazerem seus desejos. E os tempos se passaram. Após a transferência da capital de Vila Bela pra Cuiabá, a festa do Chorado, a dança do Chorado, perderam seu sentido. Mas no entanto, as conselheiras da festança, assumiram essa responsabilidade,



EDIÇÃO Nº 14 SEGUNDO SEMESTRE DE 2012
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/11/2012
ARTIGO APROVADO ATÉ 20/12/2012



que ao final da festa, por elas não terem participado duma festança igual semelhante a essa, elas se reuniam em um determinado local, um pouco secreto, e “bomrrunfaram” os tambores. Elas convidavam alguns curiosos e que esses curioso entravam no recinto e lá eles eram amarrados por um lenço no pescoço considerado prisioneiro “a comprir-mir” com algumas bebida e alguns donativo para que elas também continuassem a participar da festança. Isso aí foi a longo prazo. A partir da década de 80, nós começamu organizar de uma forma bem melhor e cada dia que passa a festança tá criando mais “adeptos”, tão criando mais aproximação com toda uma população do nosso país.